

PRÓLOGO

Este número de Mediações – Revista de Ciências Sociais – encerra um ano de significativas mudanças editoriais. A quadrimestralidade, inaugurada com o primeiro número de 2018, significou não apenas maior celeridade dos processos de publicação. Sobretudo, experimentamos e consolidamos protocolos editoriais mais objetivos e transparentes, tendo como metas o desenvolvimento da divulgação científica de alto nível e, conseqüentemente, a elevação da qualidade da produção intelectual em Ciências Sociais.

O destaque do último volume do ano é o dossiê “Gênero, cuidado e famílias”, organizado por Sabrina Finamori (UFMG) e Flávio Ferreira (IFRN), que, no artigo inaugural, além de apresentarem os sete artigos da temática específica, realizam um balanço teórico-metodológico – em parte, também autobiográfico – das tramas e interseções que envolvem os termos em debate. Chamará a atenção do/a leitor/a como variáveis clássicas em Ciências Sociais – como classe, raça e gênero – são analisadas relacionalmente às dimensões dos afetos e das reciprocidades, tradicionalmente ignoradas e/ou consideradas menos relevantes em nossos objetos de estudo.

A seção de artigos de temática livre inicia com a contribuição de Sônia Fátima Schwendler, Catarina Rielli Vieira e Mariana Ribeiro do Amaral. O artigo analisa, com base em um estudo conduzido em um assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná, a trajetória de vida da juventude camponesa, em especial das jovens, e as relações de gênero que estabelecem no contexto do trabalho familiar. Mostra que o acesso à escolarização permite a essas jovens questionar e/ou subverter as hierarquias de gênero e geração, além de engajá-las em movimentos sociais

que lhes permitem construir novas práticas e discursos, ressignificando o lugar social da jovem camponesa.

Em um profundo debate em torno das relações raciais, o artigo de Erik Borda destaca a relevância do contexto intelectual caribenho para consolidação de uma Sociologia Política do Atlântico Negro. O autor apresenta o debate estabelecido por Frantz Omar Fanon, a partir da leitura de Hegel; tendo como fio condutor a estreita ligação entre emancipação e liberdade, articula relevante bibliografia para refletir sobre o chamado potencial descolonizador do ser.

Valdirene Ferreira Santos articula dois planos de análise geralmente tomados isoladamente: os processos de globalização e a construção de identidades sociais, à luz dos contextos marcados pelas fronteiras interestatais. O artigo contribui para os debates sobre a mobilidade humana e alerta para a multidimensionalidade do fenômeno, inserindo-se em uma agenda de pesquisa que ainda deve ser muito explorada.

O campo político continua em perspectiva com o artigo de Icaro Gabriel da Fonseca Engler, mas agora dentro das fronteiras do estado brasileiro. Para além de uma pesquisa clássica sobre trajetórias sociais, o autor objetiva compreender a relação entre empresariado e política com base em trajetórias de Deputados Federais. Com suporte metodológico rígido, o autor consegue relacionar posições ocupadas no espaço político com recursos socioeconômicos diversificados, bem como as estratégias mobilizadas pelos seus detentores.

Lizandro Lui e Andrea Fachel Leal se debruçam sobre as políticas públicas de saúde, em particular sobre o caso do Comitê de Mortalidade por AIDS, criado em 2011 em Porto Alegre. O/A leitor/a notará a tensão social que permeia o objeto, pois é a partir dos óbitos que as políticas de prevenção tendem a ser desenhadas. Por isso, a forma como os óbitos são caracterizados pelos agentes do referido Comitê tornam-se relevantes para a posterior política pública.

Ainda no campo da saúde, Lecy Sartori volta-se para o debate sobre a ética em pesquisa etnográfica realizada em instituições de saúde. Trata-se de tema sempre relevante, na medida em que a diversidade dos contextos de pesquisa encontra interlocutores também diversos, por vezes

institucionalizados, e que, portanto, não caberiam em um único manual de ética em pesquisa.

Jean Gabriel Castro da Costa e Lara Bethânia Zilio demonstram a vitalidade do debate em torno da obra de Hannah Arendt e, ainda, sintetizam de forma didática as críticas de Arendt à tradição da filosofia política, particularmente sobre as características denominadas *tiranía da verdade* e *desmedida do Bem*.

No artigo que finaliza este volume, voltamos às políticas públicas com o artigo de Isabella Lourenço Lins e Luciana Vieira Rubim Andrade, destacando as variáveis gênero e geracional. Para além de objeto de políticas públicas, a preocupação das autoras se volta para a participação das mulheres idosas no controle social das políticas. Acionando uma metodologia qualitativa de base feminista, destaca-se o processo de feminização da velhice e o desencontro entre demandas deste grupo e sua efetiva contemplação política.

Convidamos todas e todos a uma boa leitura.